

## Formulário de Autoavaliação



### Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO

#### 1) Identificação

|                       |   |     |                           |
|-----------------------|---|-----|---------------------------|
| Entidade Estadual:    | Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH |     |                           |
| Representante Legal:  | Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior - Secretário   |     |                           |
| Conselho Estadual:    | Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH        |     |                           |
| Representante Legal:  | Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior - Presidente   |     |                           |
| Decreto Estadual:     | Decreto 60.895, de 19 de novembro de 2014           | UF: | SP Contrato: 027/ANA/2015 |
| Período de Avaliação: | 2016  |     |                           |

Tipologia D

#### 2) Informações Gerais

O presente formulário tem por objetivo permitir que as entidades estaduais possam realizar o processo de autoavaliação das variáveis de gestão de águas em nível estadual, o que será subsídio para a certificação das metas estabelecidas no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, observados os requisitos e as condições gerais do regulamento do Programa (Resolução ANA 379, de 21 de março de 2013) e os níveis de exigência definidos no Anexo IV dos respectivos contratos.

Todas as planilhas, incluindo as planilhas inicial e resumo, após preenchidas, deverão ser impressas e assinadas pelo representante legal da entidade estadual.

O formulário de autoavaliação deverá ser submetido à aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos ou entidade que exercer função correspondente. Após aprovadas, todas as planilhas de avaliação (Pgs. 1 a 8) deverão ser rubricadas e a planilha final (Resumo) deverá ser assinada pelos representantes legais da Entidade Estadual e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ou, em sua ausência, pela entidade colegiada que exercer função correspondente.

Após aprovação pelo Conselho Estadual, o Formulário devidamente assinado deverá ser encaminhado por correio à ANA no seguinte endereço:

ANA - Agência Nacional de Águas  
Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos B, L e M  
CEP: 70610-200, Brasília - DF

#### 3) Instruções para preenchimento

O preenchimento das informações deverá ser realizado pela entidade responsável pela implementação do Pacto acima identificada, conforme designado pelo Decreto Estadual específico que trata da adesão voluntária do estado ao Pacto.

O formulário de autoavaliação contém 10 planilhas, sendo 1 planilha destinada à identificação e instruções (Inicial), 8 planilhas reservadas à avaliação das variáveis de gestão que determinam o alcance das metas estabelecidas (Pgs. 1 a 8), e 1 planilha que apresenta o resumo geral da avaliação realizada (Resumo).

Nas planilhas reservadas à avaliação das variáveis de gestão (Pgs. 1 a 8), deverão ser avaliadas, obrigatoriamente, todas as variáveis selecionadas para realização do processo de certificação, constantes do Anexo IV do Contrato PROGESTÃO. Para tanto, inicialmente deverá ser selecionado o nível correspondente à situação da variável de gestão no período avaliado e, em seguida, apresentadas, no campo próprio, justificativas e outras informações para descrição objetiva da variável em questão (máximo de 1000 caracteres).

A avaliação de variáveis não selecionadas é facultativa, e não terá efeitos para fins de determinação do alcance das metas estabelecidas no Contrato PROGESTÃO.

## Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual

## Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO

2016

## Variável 1.1. Organização Institucional do Sistema de Gestão

Autoavaliação:

5

Tem uma área específica da Administração Pública para gestão de recursos hídricos (Secretaria e Organismo Gestor), a qual encontra-se razoavelmente estruturada, e os problemas de falta de articulação, incompatibilidades ou conflitos de competências com outras áreas (ex. obras, gestão ambiental) não existem ou não são importantes.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Em São Paulo, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) é coordenado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH através da Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHI. A coordenadoria tem como missão planejar a aplicação dos Instrumentos e a execução das ações relativas às diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, o que implica promover a articulação com os órgãos correlatos da União, dos estados vizinhos, dos municípios do Estado de São Paulo e da sociedade civil, em sintonia com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). Para cumprir suas atribuições, os servidores da CRHI operam em colaboração, com o apoio e suporte de todas as instâncias e órgãos que participam do SIGRH, fazendo com que possíveis conflitos não se tornem expressivos a ponto de impedir o cumprimento de suas atribuições.

## Variável 1.2. Organismo(s) Coordenador/Gestor

Autoavaliação:

5

Os Organismos Coordenador e Gestor existem e são entidades diferentes, ambas plenamente estruturadas e operantes.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Os órgãos gestores no Estado de São Paulo estão devidamente operantes e têm responsabilidades claras no tocante à gestão e acompanhamento das questões relativas à qualidade e quantidade das águas: 1) A CETESB - criada em 24 de julho de 1968, por meio do Decreto nº 50.079, inicialmente como Centro Tecnológico de Saneamento Básico e, a partir de 07 de agosto de 2009 quando passou a vigorar a Lei 13.542, denominada Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - é o órgão responsável pela qualidade ambiental, pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo. 2) O DAEE - criado através da Lei 1.350, de dezembro de 1951 - através do planejamento, implantação, operação e monitoramento da infra-estrutura hídrica do Estado de São Paulo, responde pela quantidade e disponibilidade do recurso. Quanto à coordenação, conforme Decreto 54.653, cabe à CRHI - Coordenadoria de Recursos Hídricos que integra a estrutura da SSRH - coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH e a aplicação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Ao CORHI - Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, órgão criado com o intuito de dar suporte ao CRH e aos CBHS, e que além dos órgãos gestores e SSRH conta com a Secretaria de Meio Ambiente em sua composição, cabe, inclusive, promover a integração entre os componentes do SIGRH, a articulação com os demais sistemas do Estado em matéria correlata, com o setor privado e a sociedade civil, bem como promover a articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com os Estados vizinhos e com os municípios do Estado de São Paulo.

## Variável 1.3. Gestão de Processos

Autoavaliação:

3

O organismo gestor dispõe de processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos (normas, manuais, rotinas operacionais) para execução de todas suas atribuições institucionais.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

No Estado de São Paulo, o órgão gestor de recursos hídricos é o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica e o órgão responsável pelo licenciamento ambiental no âmbito estadual é a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Cada órgão possui rotinas operacionais internas estabelecidas para a execução de suas respectivas tarefas. Existe integração dos procedimentos de outorga de recursos hídricos e concessão de licenças ambientais. Essa integração é regulada pela Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 1, de 23/02/2005, e pela Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES nº 3, de 21/06/2006.

## Variável 1.4. Arcabouço Legal

Autoavaliação:

4

Há um arcabouço completo, com política estadual de recursos hídricos estabelecida por lei, bem como todos regulamentos e normativos complementares necessários.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O sistema paulista de gestão de recursos hídricos conta com conjunto de normas legais que embasam suas atividades e iniciativas, destacamos: Decreto 27.576/87 - Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI; Lei 6.134/88 - Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas; Lei 7663/91 - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (marco referencial e significativo na história da implantação da gestão dos recursos hídricos do país); Decreto 32.954/91 - Aprova o Primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH; Deliberação CRH 02/93 - Aprova as Normas Gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Decreto nº 37.300/93 - Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO; Decreto 41258/96 - aprova o Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos; Lei nº 9866/97 - Diretrizes e normas para a proteção e recuperação de mananciais; Lei 10020/98 - Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas; Lei 12183/05 - Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo; Decreto 48896/04 - Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO; Deliberação CRH 119/10 - Altera Normas Gerais de Funcionamento das Câmaras Técnicas do CRH; 7) Portaria DAEE nº 3907/15 - Define critérios e procedimentos para a classificação, a implantação e a revisão periódica de barragens de acumulação de água de domínio do Estado de São Paulo. Toda a legislação está disponível em [www.sigrh.sp.gov.br](http://www.sigrh.sp.gov.br)

## Formulário de Autoavaliação

### Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual

#### Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO



2016

#### Variável 1.5. Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Autoavaliação:

Existe Conselho constituído e atuante na gestão de águas (diversas resoluções, moções e outras decisões tomadas) e funcionando em condições adequadas (reuniões periódicas, comparecimento satisfatórios dos seus membros).

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Criado pelo Decreto nº 27.576 de 11 de novembro de 1987 e adaptado pelo Decreto nº 57.113 de 7 de julho de 2011, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é composto por 33 conselheiros, sendo 11 de cada segmento (Estado, município, sociedade civil). Desde a sua criação, foram aprovadas 187 deliberações e 9 moções, em reuniões periódicas (média de 2 por ano), realizadas com quórum satisfatório, de 2014 à 2016 registrou-se frequência média de 79%. Entre as funções do CRH estão exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos; estabelecer diretrizes para formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO; decidir os conflitos entre os Comitês de Bacias Hidrográficas e estabelecer os limites condicionantes para fixação dos valores para cobrança pela utilização dos recursos hídricos, entre outras.

#### Variável 1.6. Comitês de Bacias e Organismos Colegiados

Autoavaliação:

Existem comitês estaduais e/ou organismos colegiados de recursos hídricos em todas as bacias/áreas críticas.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo conta com 21 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), constituídos de forma tripartite (Estado, municípios e sociedade civil), mas com número total de integrantes variável, dependendo das características de cada bacia hidrográfica. Por meio da negociação e da busca do consenso, esses colegiados regionais consultivos e deliberativos aprovam a proposta da bacia hidrográfica para integrar o PERH e suas atualizações, a proposta de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros, estabelecem os critérios de cobrança, as ações para a recuperação ambiental das bacias e o uso equilibrado dos recursos hídricos, entre outras atividades. São eles: Serra da Mantiqueira, Paraíba do Sul, Litoral Norte, Pardo, Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Alto Tietê, Baixada Santista, Sapucaí-Mirim/Grande, Mogi-Guaçu, Sorocaba e Médio Tietê, Ribeira do Iguape e Litoral Sul, Baixo Pardo/Grande, Tietê-Jacaré, Alto Paranapanema, Turvo/Grande, Tietê-Batalha, Médio Paranapanema, São José dos Dourados, Baixo Tietê, Aguapeí e Peixe e Pontal do Paranapanema. Os CBHs tiveram um cronograma de implantação e instalação distintos, a primeira instalação, seguindo os critérios da Lei nº 7663/91, ocorreu em 1993 e a última em 2001. Nos anos de 2014 e 2015, os CBH reuniram-se em média de 3 a 4 vezes ao ano e contaram com um quórum aproximado de 61% (registros de 48% a 94% de frequência), com participação contínua e ativa de todos os segmentos. Recentemente, a Lei 16337/16, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, estabelece e orienta os CBHs no tocante ao gerenciamento e à construção dos respectivos Planos de Bacias Hidrográficas, prioridades de uso, vazão de referência, entre outros itens.

#### Variável 1.7. Agências de Água e Entidades Delegatárias

Autoavaliação:

Há apoio ao funcionamento dos organismos colegiados e das secretarias executivas dos Comitês de Bacia Hidrográfica instalados, realizado pela Administração Pública e, em alguns casos, por entidades específicas que atuam como Agências de Água ou entidades delegatárias de suas funções.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Atualmente estão instalados no estado de São Paulo três organismos que desenvolvem as funções definidas no Art. 44 da Lei 9433/97 que trata das competências das Agências de Água, a saber: 1) Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; 2) Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - FABHAT; 3) Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê. O Comitê Paraíba do Sul participa da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) responsável pelas funções de Agência de Bacia do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), sediada em Resende no Rio de Janeiro. A lei estadual nº 10.020/98, autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo. O suporte, por parte do poder público, aos CBHs que não atuam com uma Agência de Bacia existe mas necessita ser aprimorado. Encontra-se em desenvolvimento programa de assistência técnica financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento que dentre seus objetivos consta análise do modelo de Agência de Bacia preconizada na legislação estadual.

#### Variável 1.8. Comunicação Social e Difusão

Autoavaliação:

Existem diversas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão de recursos hídricos, realizadas a partir de uma base técnica profissional e de um planejamento adequado.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O Departamento de Comunicação e Informações Gerenciais - DCIG da Coordenadoria de Recursos Hídricos é responsável pelo desenvolvimento de uma série de ações de comunicação social e de difusão das informações em temas afetos à Gestão de Recursos Hídricos. Todas as ações são realizadas por profissionais capacitados, a partir de um planejamento anual. Os canais de comunicação utilizados atualmente são: Portal SIGRH - Website do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos contendo histórico do SIGRH, informações sobre o CRH e CBHs, Fundo Estadual de Recursos Hídricos, instrumentos de gestão, base documental, entre outras informações de interesse; Mídias Sociais - Sistemas que possibilitam a interação social a partir do compartilhamento e da criação de informação - Ferramentas Disponíveis: Facebook e Twitter; TV Água (Youtube) - Site que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital; Correnteza - informativo impresso do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com periodicidade bimestral; Correnteza Express - informativo eletrônico do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com periodicidade quinzenal; Clipping - Atividade de coleta de textos e imagens em veículos de comunicação com o objetivo de monitorar temas de interesse da organização com potencial para afetar seus negócios e sua imagem institucional.

## Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual

## Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO

2016

## Variável 1.9. Capacitação Setorial

Autoavaliação: 

Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas não é um programa devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e baseado em estudos de determinação de demandas (por exemplo, DNT).

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O SIGRH conta com várias iniciativas voltadas à capacitação mas não com um programa devidamente formalizado. Para o avanço na variável, foi viabilizada a participação de dois técnicos do Estado no programa DesenvolveRH e encontra-se em fase de planejamento a estruturação de Programa de Capacitação Estadual, com base nas seguintes etapas: 1) histórico da capacitação voltada a Recursos Hídricos em São Paulo; 2) bases técnicas e experiências relativas a elaboração de programas de capacitação (Norma Técnica NBR ISO 10.015/01 e DesenvolveRH). 3) proposta de "Programa de Capacitação para o Fortalecimento da Gestão e Atuação do SIGRH" (Diretrizes, Plano de Trabalho, questionário para aplicação aos diversos atores do SIGRH com vistas ao levantamento de necessidades de capacitação do sistema, estratégia para viabilização e desenvolvimento do programa). O objetivo é que, em 2017, a proposta seja apreciada pelas devidas instâncias do SIGRH e, feitos os devidos ajustes, tenhamos o efetivo início de sua implementação.

## Variável 1.10. Articulação com Setores Usuários e Transversais

Autoavaliação: 

Há uma adequada articulação do poder público com os setores usuários e transversais, não restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associações de usuários, associações de águas);

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Para a operacionalização do SIGRH, a articulação do Estado com diversas instâncias é uma constante. A interlocução não ocorre exclusivamente com relação às atividades específicas do Conselho uma vez que se fazem necessárias - às diversas instituições que compõem o SIGRH - para o desempenho de diversas atividades. O diálogo se faz necessário, seja para encaminhamentos processuais, levantamentos de dados, articulações institucionais e outras demandas. São realizados também eventos que primam pela articulação transversal, como, por exemplo o "Diálogo Interbacias", realizados periodicamente pelo SIGRH agregando vários atores da educação e especialistas na área de recursos hídricos; articulações com universidades para a abordagem de temas de interesse. Como é típico de processos que envolvem uma série de atores, em alguns momentos como por exemplo para a construção do PERH, existem dificuldades nos contatos e nas articulações necessárias mas não de forma que comprometa o produto dos trabalhos.

## Variável 2.1. Balanço Hídrico

Autoavaliação: 

Há um conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estadual (águas superficiais e subterrâneas) em todo território, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Nos Planos Estaduais de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas estão disponíveis informações sobre as demandas, disponibilidade e respectivos balanços. Além disso, a vazão outorgada estadual e de rios de domínio da União é anualmente publicada nos Relatórios de Situação de Recursos Hídricos do Estado e das Bacias.

## Variável 2.2. Divisão Hidrográfica

Autoavaliação: 

Há uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida (por Lei, por decreto ou por resolução do Conselho Estadual).

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

A primeira divisão hidrográfica do Estado de São Paulo remonta ao ano de 1928, quando foram estabelecidas 8 zonas meteorológicas correspondentes às principais bacias hidrográficas, até a divisão atualmente vigente houve diversas alterações. A Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado, estabelecida pela Lei 7.663/91, determina que a política atenderá a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento e que constará do Plano Estadual de Recursos Hídricos a Divisão Hidrográfica do Estado que definirá unidades hidrográficas, com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos. Com a aprovação da Lei 16.337/16, temos ratificada e mantida a divisão hidrográfica que vigora no estado desde 1994, conforme a Lei 9034/1994 que aprovou a divisão do Estado de São Paulo em vinte e duas Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRH, divisões estas adotadas desde então pelos órgãos e entidades do Estado como referência para proposição de planos e programas voltados à gestão de recursos hídricos.

Formulário de Autoavaliação

Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual  
Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO



2016

Variável 2.3. Planejamento Estratégico Institucional

Autoavaliação:

Não há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Há planejamento das atividades de diversas instâncias do Sistema como, por exemplo, o Plano Anual das Câmaras Técnicas do CRH e diversos outros planejamentos no âmbito de órgãos que compõem o SIGRH, entretanto, um Plano Estratégico como previsto no PROGESTÃO deverá ser estruturado oportunamente.

Variável 2.4. Plano Estadual de Recursos Hídricos

Autoavaliação:

Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Estadual e atualizado, e o mesmo está sendo devidamente apropriado pelos gestores públicos e/ou agentes setoriais.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

1) Os Planos Estaduais de Recursos Hídricos tem sido elaborados, implementados e revisados periodicamente desde 1990 e encontra-se em atualização para o quadriênio 2016-2019, com previsão de aprovação pelo CRH em abril de 2017. 2) Considerando dispositivo da Lei 7663/91 que estabelece que o plano deverá ser aprovado por lei, em 14 de dezembro de 2016, foi aprovada a Lei nº 16.337 que dispõe sobre o PERH e dá providências correlatas. 3) O Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, está elaborando documento relativo à compatibilização do programa de investimento do PERH ao Plano Plurianual Estadual – PPA 2016-2019. 4) A SSRH está confeccionando Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de “Prognóstico de Situação dos Recursos Hídricos” para subsidiar a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

Variável 2.5. Planos de Bacias

Autoavaliação:

Todos comitês estaduais já aprovaram seus planos de bacia.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Todos os comitês das bacias contam com Planos de Bacia Hidrográfica - PBH cuja validade foi prorrogada até dezembro de 2016 pela Deliberação CRH 177/15. Mais recentemente a Deliberação CRH nº 188/2016 definiu novos prazos e um cronograma específico para a adequação dos PBH à Deliberação CRH 146/12 e aprovação dos CBHs até dezembro de 2017.

Variável 2.6. Enquadramento

Autoavaliação:

Existem alguns corpos hídricos e hidrogeológicos enquadrados respectivamente nos termos das Resoluções CONAMA nos 357/2005 e 396/2008.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

A resolução CONAMA 357 está atendida no Estado de São Paulo, através do Decreto nº 10.755 de 1977 que dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1975, e dá providências correlatas, saliente-se que ocorreram alterações por meio de Deliberações do CRH, conforme previsão legal. Quanto à Resolução CONAMA 396/2008, não há previsão para atendimento do enquadramento de aquíferos no Estado, o tema será objeto de estudo no âmbito de cooperação técnica com o BID que está em desenvolvimento.

## Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual

## Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO

2016

## Variável 2.7. Estudos Especiais de Gestão

Autoavaliação:

4

Existem estudos especiais para diversos temas de interesse da gestão em nível estadual, e esses estudos estão atualizados e são suficientes para orientar as ações de gestão nos aspectos por ele abordados.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

São Paulo dispõe de estudos específicos para temas de interesse ou prioritários para a gestão de Recursos Hídricos no Estado, como, por exemplo: a) Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista; b) Diretrizes para as Bacias Leste e Oeste; c) adesão ao Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA, implementando o planejamento integrado entre o DAEE, CETESB e ANA; d) Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo - PDPA, instrumentos de planejamento e gestão que visa orientar as ações do poder público e da sociedade civil voltadas à proteção, recuperação e preservação dos mananciais de interesse regional; e) estudos base do Sistema Aquífero Guarani - SAG; f) Projeto Jurubatuba - Projeto Estratégico Aquíferos; entre outros.

## Variável 2.8. Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão

Autoavaliação:

3

Existem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacionais em âmbito estadual, os quais estão devidamente integrados às rotinas operacionais e/ou aos processos gerenciais e finalísticos (planejamento, outorga, cobrança, etc.).

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O Estado de São Paulo conta com diversos sistemas que dão suporte às decisões de instâncias que integram o SIGRH, destacamos: 1) As estações telemétricas da SABESP registram as variações do nível da água nas represas e dados sobre chuvas, essas informações fornecidas e armazenadas no SSD são utilizadas para atualizar diariamente os níveis dos sistemas produtores da Região Metropolitana do Estado de São Paulo, e geram relatórios que são enviados às áreas operacionais e à alta administração da empresa; 2) a SABESP conta também com o SCOA - Sistema de Controle Operacional do Abastecimento, constituído de Software de supervisão que monitora e controla a distância o nível dos reservatórios, bombas telecomandadas, automáticas, pontos de pressão e de vazão; 3) ferramenta desenvolvida pelo LabSid, laboratório da Escola Politécnica da USP, o SSD-PCJ, com recursos para monitoramento em tempo real, permite a otimização da alocação e a simulação da qualidade da água em um conjunto de bacias, utilizando como base de modelagem o Modelo da Rede de Fluxo AquaNet, bem como a otimização quantitativa do sistema, atribuindo prioridades de captação aos diversos usuários, além de realizar análises qualitativas através de uma formulação analítica. 4) Também desenvolvido em parceria com o LabSid, o DAEE conta com um sistema de SSD para seu banco de dados de outorgas. Utilizando uma base de dados cartográfica vetorizada, é possível realizar análises metodológicas de balanço hídrico superficial o que possibilita evoluções nos procedimentos de análise de requerimentos de captações e lançamentos para novas outorgas.

## Variável 3.1. Base Cartográfica

Autoavaliação:

3

Existe uma área específica própria, responsável pelo processamento de dados georreferenciados e capaz de realizar análise do contexto geográfico para gestão de recursos hídricos, a qual dispõe de uma base digital em formato vetorial para a gestão de recursos hídricos, proveniente da vetorização da cartografia sistemática (escalas de 1:1.000.000 até 1:25.000) produzida pelo IBGE ou DSG.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Já existem bases cartográficas em escala 1:50.000 para todo o Estado de São Paulo e 1:25.000 para a Região Metropolitana da capital e oeste do Estado. Estão em desenvolvimento bases mais detalhadas, por meio de projetos da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA, com escala de até 1:10.000.

## Variável 3.2. Cadastros de Usuários e Infraestrutura

Autoavaliação:

4

Existe cadastro de usuários (> 20% do universo de usuários cadastrados), bem como cadastro de infraestrutura hídrica.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existe cadastro de usuários e de infraestrutura hídrica. Compete ao DAEE o cadastramento de usuários de recursos hídricos no Estado de São Paulo, de acordo com a Lei 7.663/91 devem ser cadastrados os seguintes usuários: 1) Usuário Industrial - aquele que utiliza recurso hídrico em empreendimento industrial, seja no processo, no abastecimento ou para uso sanitário e promova o lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais; 2) Usuário Urbano Privado - aquele que utiliza recurso hídrico destinado principalmente ao consumo humano, nas chamadas soluções alternativas ou seja, em hotéis, condomínios, clubes, hospitais, shoppings centers, entre outros e promova o lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais, mesmo fora do perímetro urbano; 3) Usuário Urbano Público - aquele que utiliza recurso hídrico para abastecimento público (SABESP, DAE's, SAE's etc.), em regime de concessão ou permissão e 4) Usuários Públicos - Autarquias, Secretarias, Empresas de Economia Mista, etc, que utilizam água para seu próprio abastecimento e promova o lançamento de efluentes em corpos d'água superficiais, mesmo fora do perímetro urbano.

## Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual

## Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO

2016

## Variável 3.3. Monitoramento Hidrometeorológico

Autoavaliação: 

Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes, e a cobertura é igual ou superior a 30% da rede planejada.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O DAEE opera rede pluviométrica e fluviométrica com cerca de 800 pontos, sendo 250 automatizados. A ampliação e modernização da rede são realizadas com base em levantamento de necessidades nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRH do Estado. Considerando que o levantamento de necessidades resulta em uma programação de ampliação/modernização da rede, a cobertura é compatível com a demanda, situando-se em patamar superior a 30% do planejado.

## Variável 3.4. Monitoramento de Qualidade de Água

Autoavaliação: 

Existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, com pelo menos 50% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Águas (PNQA) e os dados gerados disponibilizados ao SNIRH.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

De acordo com o Relatório de Qualidade das Águas Superficiais da CETESB, publicado em 2016, a situação da Integração da rede CETESB com a Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas (RNQA) - ANA, totalizava 210 pontos integrados até o final de 2015, o que corresponde a 84 % dos 251 pontos previstos pelo Programa de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA. Os dados obtidos pela Rede da CETESB, incluindo os dos pontos integrados à RNQA, são encaminhados anualmente para a ANA. Em reunião com a ANA, em fevereiro de 2017, a meta foi reajustada para 249 pontos, dos quais 227 já foram integrados à RNQA em 2016, o que corresponde a 90 % de atendimento a meta.

## Variável 3.5. Sistema de Informações

Autoavaliação: 

Existem informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em bancos de dados, bem como ferramental computacional que permita acessá-las e analisá-las em seu conjunto de forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do uso da água.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existem diversos sistemas de informação em operação no Estado de São Paulo para a gestão de recursos hídricos, alguns exemplos: a) DATAGEO - apesar de não ser um sistema de informações e nem estar relacionado exclusivamente à gestão de recursos hídricos, compreende Base Territorial Ambiental Unificada utilizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado e pela CETESB, se inter-relacionando em diversos pontos com a gestão de recursos hídricos; b) Sistema Integrado de Bacias Hidrográficas - SIBH - informações sobre as redes pluviométrica, fluviométricas, piezométricas, operadas pelo DAEE ou órgãos e entidades fornecedoras destes dados; c) INFOAGUAS/CETESB - Sistema divulgador de informações da rede básica de monitoramento de qualidade das águas superficiais operada pela CETESB; d) QUALÁGUAS/CETESB - Sistema gerenciador de dados gerados pela Rede Automática de Monitoramento da Qualidade das Águas; e) INTERÁGUAS/CETESB - Sistema dedicado a aquisição e manutenção de dados dos pontos da rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais; f) SIA-Guarani/CETESB - Sistema especialista em gerenciar a rede de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas; g) Sala de Cenários/CETESB - geoportais que conta com informações e ferramentas de apoio à análise no licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental, incluindo dados georreferenciados relacionados a recursos hídricos; h) Sistema de Outorgas (DAEE) e Sistema de Ato Convocatório e Cobrança pelo uso da água (DAEE). Importante mencionar que em dezembro de 2016 foi contratado o empreendimento "Plano Diretor de Sistema de Informação" com recursos FEHIDRO, cujo tomador é a CRH1 e que pretende fornecer subsídio técnico para posterior contratação de um Sistema de Informação no âmbito do SIGRH, como ferramenta de auxílio na elaboração de Relatórios de Situação e Planos de Bacias.

## Variável 3.6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Autoavaliação: 

Existem algumas ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse, mas essas não fazem parte de um plano ou programa mais amplo e estruturado.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existem ações que envolvem pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito do SIGRH, mas estas não ocorrem de forma articulada e sinérgica, compondo um Programa estabelecido no Estado para este fim. Recentemente, com o estabelecimento da Lei Federal 13.243/2016, denominada "Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação", São Paulo está discutindo a sua política no tocante à temática e a tendência é a internalização crescente da legislação no SIGRH, com o ordenamento de ações via Planos de Bacia e Plano Estadual de Recursos Hídricos. Destacamos algumas ações desenvolvidas em São Paulo: 1) "Delimitação de Perímetros de Proteção de Poços de abastecimento público no Sistema Aquífero Bauru" - estudo que abrangeu 120 municípios paulistas abastecidos com águas subterrâneas, com o fim de implementar área de proteção ao redor dos poços, garantindo água em boa qualidade para a população; 2) Inovação na rede de monitoramento automático da CETESB que, uma vez verificado que o sistema de bombeamento ocasionava frequentes paralisações nas estações, teve a concepção alterada para sondas multiparâmetros instalados diretamente nos corpos hídricos; 3) Inovação na rede de monitoramento de águas subterrâneas da CETESB que, através da constituição de rede de poços rasos especialmente destinados ao monitoramento do nível d'água (quantidade) e da qualidade, permite obter a influência das características do ciclo hidrológico sobre os efeitos das fontes de poluição, fornecendo um diagnóstico integrado do balanço hídrico com a qualidade da água; 4) rede de monitoramento de vazões em pequenas bacias, do DAEE, algumas em conjunto com universidades paulistas, com o objetivo de aperfeiçoar as equações de regionalização de vazões do DAEE utilizadas para fins de outorga.

**Variável 4.1. Outorga de direito de uso**Autoavaliação: 

Há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados mais de 30% do universo de usuários.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existe outorga ou cadastro tanto para captação como para lançamento. De acordo com o artigo 7º das disposições transitórias da Lei 7.663/91 cabe ao DAEE o poder outorgante. Conforme Decreto 41.258, de 31/10/1996, que aprovou o Regulamento da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, deve requisitar a outorga todo usuário que fizer uso ou interferência nos recursos hídricos das seguintes formas: 1) implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos (superficiais ou subterrâneos); 2) na execução de obras ou serviços que possam alterar o regime (barramentos, canalizações, travessias, proteção de leito, etc.); 3) na execução de obras de extração de águas subterrâneas (poços profundos); 4) na derivação de água de seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo; 5) no lançamento de efluentes nos corpos d'água. A Portaria DAEE 2292/2006 define quais são as categorias de usuários isentas de outorga e cobrança.

**Variável 4.2. Fiscalização**Autoavaliação: 

Há fiscalização dos usuários outorgados atreladas ao processo de regularização do uso da água (cadastramento, outorga), e estrutura específica para desenvolvimento das ações de fiscalização, mas essas decorrem basicamente em função de denúncias, não existindo ainda planejamento ou programação regular para fiscalização.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existe carência de pessoal, equipamentos e veículos para realizar fiscalização regularmente. A fiscalização baseia-se essencialmente em denúncias, demandas do Ministério Público e de outros órgãos, ou da existência de processos de outorga para os quais foi solicitada, e não atendida, a complementação de documentos.

**Variável 4.3. Cobrança**Autoavaliação: 

Existe cobrança por serviços de água bruta e/ou pelo uso da água em âmbito estadual, e os valores e mecanismos de cobrança utilizados estão atualizados e são adequados ao alcance dos objetivos do instrumento de gestão.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

A cobrança pelo uso da água foi instituída pela Lei nº 12183/2005 e regulamentada, para os usuários urbanos e industriais, pelo Decreto nº 50.667/2006. Das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI do Estado, 9 iniciaram a emissão de boletos entre 2007 e 2016. Durante 2017 está previsto o início da cobrança em mais 4 UGRHI. Os valores cobrados são aqueles estipulados nos estudos de fundamentação da cobrança de cada UGRHI estando prevista sua atualização após dois anos da implantação, sendo que para a UGRHI 5-PCI os valores foram revisados em 2015.

**Variável 4.4. Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão**Autoavaliação: 

O sistema estadual de recursos hídricos dispõe de fontes próprias de arrecadação (ex.: cobrança pelo uso da água, cobrança por serviços de água bruta, multas, taxas, emolumentos, etc.), mas essa arrecadação representa mais de 40% dos recursos financeiros necessários para garantir a sua sustentabilidade financeira.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, tem por objetivo dar suporte financeiro à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações correspondentes. Atualmente a cobrança pelo uso da água está em implantação no Estado de São Paulo, sendo que dos 21 CBH's, 09 CBH's já encontram-se com a cobrança implantada, tendo arrecadado no ano de 2016 aproximadamente R\$ 77 Milhões, representando 59% dos recursos disponíveis para o referido exercício.



Formulário de Autoavaliação

Avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual  
Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO



2016

Variável 4.5. Infraestrutura Hídrica

Autoavaliação:

A área de recursos hídricos tem alguma participação na gestão de infraestrutura hídrica (planejamento de obras, administração, manutenção, operação), mas ainda limitada aos aspectos regulatórios básicos (autorizações, outorgas, etc.).

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

A SSRH, enquanto área de recursos hídricos, exerce participação e influência na gestão de infraestrutura hídrica (planejamento de obras, administração, manutenção e operação) restrita aos aspectos regulatórios básicos como outorga em nível estadual e federal, licenciamento, cobrança, operação de reservatórios e sistemas de transposição de águas.

Variável 4.6. Gestão e Controle de Eventos Críticos

Autoavaliação:

Há infraestrutura e procedimentos instituídos para monitoramento de eventos críticos, bem como planejamento e execução de ações de controle e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos, existindo contudo maior necessidade de maior articulação entre os atores e integração federativa para implementação dessas ações.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Existe o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos - PDN, que conta com um Comitê Deliberativo e um Grupo de Articulação de Ações Executivas - GAEE. DAEE, CEMADEN, ANA, FUNDAG, SAISP operam pontos de monitoramento. Radares meteorológicos são operados pelo DAEE e UNESP. Existem salas de situação, a Defesa Civil comunica os alertas aos municípios, a análise das comunicações possibilita afirmar que há avanço no mapeamento de riscos municipais. Em oficina do PROGESTÃO foi salientado por técnicos que apesar de apresentar melhora a integração federativa se mostra como a principal deficiência no tocante à temática, existe necessidade de melhoria contínua do sistema de monitoramento, déficit de recursos humanos e de custeio para manutenção da rede. Para o aprimoramento das ações desenvolvidas são necessários investimentos que garantam recursos para custeio do monitoramento.

Variável 4.7. Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Autoavaliação:

Existe Fundo Estadual de Recursos Hídrico previsto em lei, já devidamente regulamentado, operando regularmente, e a aplicação dos seus recursos está devidamente articulada com os demais processos e instrumentos de gestão sob responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO foi criado pela Lei estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabeleceu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e regulamentado pelo Decreto estadual nº 48.896, de 26 de agosto de 2004. Para seu pleno funcionamento, foram instituídos também documentos infralegais, estabelecidos por deliberações do Conselho de Orientação do FEHIDRO: os Manuais de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, de Investimento e de Custeio, que trazem maiores informações quanto aos procedimentos e trâmites relativos ao FEHIDRO. Atualmente a cobrança pelo uso da água está em implantação no Estado de São Paulo, sendo que 09 CBH's já encontram-se com a cobrança plenamente implantada.

Variável 4.8. Programas Indutores

Autoavaliação:

Existem alguns programas e/ou projetos indutores para a gestão de recursos hídricos em nível estadual (ex. incentivos fiscais, pagamento por serviços ambientais, premiação de boas práticas, etc.), os quais contam com a participação e apoio dos atores sociais e da Administração Pública.

Justificativas/Esclarecimentos/Descrição da situação da variável avaliada:

Como exemplos de programas e projetos indutores implementados no Estado de São Paulo, citamos: 1) Programa Município Verde e Azul - lançado em 2007 pelo Governo de SP, objetiva estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na implantação de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, a participação do município no PMVA é um dos critérios de avaliação para a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição - FECOP; 2) Projeto Mina D'água - lançado em 2010 pelo Governo de SP, visa estimular a proteção das nascentes de mananciais de abastecimento público, conciliando atividades de preservação com geração de renda, os financiamentos são para pessoas físicas, através do FECOP, e são repassados mediante convênios com as Prefeituras; 3) Projeto GEF Mata Atlântica - fruto de acordo internacional de cooperação, abrangendo esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), um dos componentes em que o Estado atua trata do "Aumento dos Estoques de Carbono nas Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul"; 4) Microbacias II - objetiva ampliar a competitividade e proporcionar acesso ao mercado do agricultor familiar, por meio de associações e cooperativas, é realizado com recursos provenientes do Governo de SP e do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial, com contrapartida de Prefeituras e organizações formais de produtores rurais e comunidades tradicionais.


## Quadro-Resumo

| Variáveis   | Nível Alcançado (Autoavaliação)                       |   |
|---|---|---|
| <b>META II.2 – Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social</b> | 1.1) Organização Institucional do Modelo de Gestão    | 5 |
|   | 1.2) Organismo(s) Coordenador/Gestor                  | 5 |
|   | 1.3) Gestão de Processos                              | 3 |
|   | 1.4) Arcabouço Legal                                  | 4 |
|   | 1.5) Conselho Estadual de Recursos Hídricos           | 4 |
|   | 1.6) Comitês de Bacias e Organismos Colegiados        | 4 |
|   | 1.7) Agências de Água e Entidades Delegatárias        | 3 |
|   | 1.8) Comunicação Social e Difusão                     | 3 |
|   | 1.9) Capacitação Setorial                             | 2 |
|   | 1.10) Articulação com Setores Usuários e Transversais | 3 |

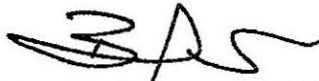
| Variáveis                                    | Nível Alcançado (Autoavaliação)              |   |
|--|--|---|
| <b>META II.3 – Variáveis de Planejamento</b> | 2.1) Balanço Hídrico                         | 3 |
|  | 2.2) Divisão Hidrográfica                    | 3 |
|  | 2.3) Planejamento Estratégico Institucional  | 1 |
|  | 2.4) Plano Estadual de Recursos Hídricos     | 5 |
|  | 2.5) Planos de Bacias                        | 4 |
|  | 2.6) Enquadramento                           | 3 |
|  | 2.7) Estudos Especiais de Gestão             | 4 |
|  | 2.8) Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão | 3 |

| Variáveis  | Nível Alcançado (Autoavaliação)             |   |
|--|---|---|
| <b>META II.4 – Variáveis de Informação e Suporte</b> | 3.1) Base Cartográfica                      | 3 |
|  | 3.2) Cadastros de Usuários e Infraestrutura | 4 |
|  | 3.3) Monitoramento Hidrometeorológico       | 4 |
|  | 3.4) Monitoramento de Qualidade de Água     | 4 |
|  | 3.5) Sistema de Informações                 | 3 |
|  | 3.6) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação   | 2 |

| Variáveis                                 | Nível Alcançado (Autoavaliação)                       |   |
|---|---|---|
| <b>META II.5 – Variáveis Operacionais</b> | 4.1) Outorga de direito de uso                        | 5 |
|   | 4.2) Fiscalização                                     | 4 |
|   | 4.3) Cobrança   | 4 |
|   | 4.4) Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão | 4 |
|   | 4.5) Infraestrutura Hídrica                           | 2 |
|   | 4.6) Gestão e Controle de Eventos Críticos            | 3 |
|   | 4.7) Fundo Estadual de Recursos Hídricos              | 5 |
|   | 4.8) Programas Indutores                              | 3 |



Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior - Secretário  
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH



Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior - Presidente  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH